

Emenda de paulistas cria mais 63 vagas de deputado

Franklin Martins

BRASÍLIA — O deputado Luís Eduardo (PFL-BA), um dos líderes do Centrão, aceitou patrocinar a emenda propondo o aumento para 80 deputados da bancada de São Paulo na Câmara, a partir de 1991. Atualmente, a representação paulista é de 60 parlamentares. Na proposta, mais onze estados terão suas bancadas aumentadas: Minas, Rio, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Se essa emenda for aprovada, serão abertas mais 63 vagas de deputado federal: a Câmara aumentará de 487 para 550 o número de suas cadeiras.

Conservador, com largo trânsito entre os parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, liderança emergente no plenário com a ascensão do Centrão, Luís Eduardo, que é filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foi escolhido a dedo por um Frenião paulista para assumir a paternidade da proposta, baseada em estudos realizados pelo militante do PCB-SP Ricardo Zaratini.

Dias depois de a tese do aumento da bancada paulista ter sido derrotada na Comissão de Sistematização, graças a uma aliança entre os parlamentares nordestinos e nordestinos com os mineiros, um grupo de constituintes de São Paulo encontrou-se para traçar uma estratégia para reverter o resultado no plenário. Participaram da reunião políticos das mais diversas posições, como Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Serra (PMDB), além de Luís Eduardo, do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, e do engenheiro Ricardo Zaratini.

Caminhos — Dois pontos marcaram a conversa: Primeiro, era necessário encontrar uma fórmula que, garantindo o aumento da representação paulista, não afetasse muito o equilíbrio atualmente existente na Câmara entre as diversas regiões. Caso contrário, mais uma vez o veto do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste bloquearia qualquer possibilidade de vitória. Além disso, viu-se que era indispensável cortar pela raiz a possibilidade de que a emenda se convertesse num casuísmo, permitindo o aumento ainda nesta legislatura da representação paulista, através da convocação dos atuais suplentes.

Esta última questão ficou logo resolvida, com a sugestão da apresentação de uma emenda aditiva ao capítulo das disposições transitórias estabelecendo que o aumento das bancadas só vigorará a partir das eleições de 1990. Por sugestão de José Serra, Zaratini ficou encarregado de

Como ficariam as bancadas

Estado	População est. 1990	Proporção estrita	Bancada atual	Bancada proposta	Diferença
São Paulo	33.069.000	120	60	80	20
Minas Gerais	15.831.000	57	53	58	6
Rio de Janeiro	14.133.000	51	46	52	6
Bahia	11.738.000	42	39	43	4
R. Grande Sul	9.163.000	33	31	34	3
Paraná	9.137.000	33	30	34	4
Pernambuco	7.360.000	26	5	27	2
Ceará	6.471.000	23	22	24	2
Maranhão	5.181.000	18	18	19	1
Pará	5.001.000	18	17	18	1
Santa Catarina	4.461.000	16	16	17	1
Goiás	3.843.000	14	17	14	-3
Paraná	3.247.000	11	12	12	—
Piauí	2.666.000	9	10	10	—
Espírito Santo	2.253.000	9	10	10	—
Alagoas	2.420.000	8	9	9	—
R. Grande Norte	2.318.000	8	8	9	1
Amazonas	2.001.000	7	8	8	—
M. Grosso Sul	1.797.000	6	8	8	—
Mato Grosso	1.727.000	6	8	8	—
Sergipe	1.417.000	5	8	8	—
Tocantins	1.100.000	4	—	8	8
Rondônia	1.095.000	4	8	8	—
Acre	417.000	1	8	8	—
Amapá	256.000	0	4	8	4
Roraima	120.000	0	4	8	4
Distrito Federal	1.864.000	6	8	8	—
TOTAL	150.367.000		487	550	63

realizar os estudos e redigir a proposta de emenda; para nova discussão no grupo.

Na última semana, ele voltou a Brasília com o material pronto. Por indicação de Cardoso Alves, Luís Eduardo foi sondado para encabeçar a proposta e aceitou. A pressão dos paulistas é grande. Na última semana, num jantar com o Centrão, Ulysses Guimarães fez um apelo para que o grupo apoiasse a reivindicação.

Quem ganha — Na emenda, será mantido o número mínimo de deputados por estado (oito), permanecendo, portanto, inalterada a representação do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Sergipe, Rondônia, Acre e Distrito Federal. Também será conservado o dispositivo, aprovado na Comissão de Sistematização, da irredutibilidade das bancadas. Dessa forma a Paraíba, com 12 deputados, o Piauí, com dez, o Espírito Santo, também com dez, e Alagoas, com nove, preservarão o número de suas atuais bancadas, evitando o decréscimo inevitável com o aumento da representação paulista. Os novos estados de Tocantins, Roraima e Amapá são contemplados com o limite mínimo: oito deputados.

Com a elevação do número total de cadeiras da Câmara para 550, Minas

ganharia cinco deputados, o Rio seis, a Bahia quatro, o Rio Grande do Sul três, o Paraná quatro, Pernambuco dois, o Ceará dois também, e o Pará, o Maranhão, Santa Catarina e o Rio Grande do Norte um. O único estado cuja bancada diminuiria, segundo a proposta, é Goiás, em virtude da criação do estado de Tocantins, que dividiu seu território.

Os integrantes do Frenião que articulam a emenda não acham descabido o aumento do número total de deputados. Argumentam que cada parlamentar representará um pouco mais de 273 mil habitantes, proporção superior a de todos os países da Europa e da América Latina, além do Japão e das Filipinas. Só nos Estados Unidos, na Índia, na China e na Indonésia um deputado representa mais de 270 mil habitantes, garantem.

Na interpretação dos patrocinadores da emenda, o crescimento da bancada paulista apenas corrigirá um pouco a distorção atualmente existente na Câmara, devido ao limite máximo em vigor, de 60 deputados por estado. Em termos estritamente proporcionais, segundo eles, São Paulo, com uma população de 33 milhões de habitantes, deveria ter uma bancada de 120 deputados.

Constituinte paralisa a sucessão

Villas-Bôas Corrêa

Com a virada do Centrão, o comando da Constituinte trocou de mão, obrigando a disparada sucessória a estacar e dar um tempo até que se definam as tendências do plenário para a fixação das regras do jogo.

No PMDB desarvorado e cada vez mais dividido, a mudança do quadro é mais sensível. Os candidatos à esquerda, como o líder na bancada Constituinte, senador Mário Covas, necessitam de prazo para se recuperar da derrota, enquanto o grupo mais organizado dos governadores retoca os esquemas para tentar adiar as eleições para 1989, garantindo cinco anos de mandato ao presidente José Sarney.

Ulysses — Até que as coisas se esclareçam, o PMDB homenageia a sua liderança histórica e repete a manobra de despistamento, apontando como natural e prioritária a candidatura do deputado Ulysses Guimarães, símbolo da ficção da unidade da legenda.

De fato, o PMDB sabe e reconhece, pelas confidências de todas as suas lideranças, que o doutor Ulysses é uma candidatura inviável para as durezas de uma campanha com larga participação do rádio e da televisão. Na hora de escolher o candidato para valer, seu afastamento pode ser operado com naturalidade, entre salamaleques e louvores e com apoio consensual.

O cenário mudou por completo. Nas rodadas das votações da Comissão de Sistematização, primeiro pareceu definida a opção pelo parlamentarismo. Enredado no erro tático de pressionar a Constituinte, o presidente José Sarney estimulou uma reação que se foi passionizando até a decisão, de certo modo contraditória, da opção pelos quatro anos de mandato, com eleições de 1988 e posse do sucessor em 15 de março de 1989. Na cadência da hostilidade ao presidente, a Comissão de Sistematização armou a engrenagem da sucessão para moê-lo até a trituração dos ossos:

quatro anos de mandato só para Sarney — para os demais, cinco —, parlamentarismo e já, esvaziando-lhe os poderes no último ano do mandato encurtado.

Sarney facilitou muito, retirando-se da Constituinte, proclamando que eleições em 1988 são irreversíveis porque atendem ao clamor do povo e jurando que acatará qualquer decisão. Mas o Centrão inchava como expressão da rebelião do plenário marginalizado contra a ditadura da Comissão de Sistematização e as artimanhas e arapucas do regimento interno. Estava à vista que a Constituinte se preparava para a reviravolta que se consumou nos tumultos e molecagens da sessão de quinta-feira.

Volta dos 5 anos — A consistência do Centrão para a decisão dos pontos polêmicos está para ser provada. Por isso, devem ser postas de quarentena declarações enfáticas, como a do deputado Roberto Cardoso Alves, garantindo cinco anos para Sarney. Até aqui o Centrão fugia dos temas estritamente políticos para não se expor a um racha.

Mas, faz sentido. A Comissão de Sistematização votou pelos quatro anos para votar contra Sarney e sob os estímulos e aplausos do nítido apoio popular. Porque só o povo, o eleitorado, deseja sinceramente eleições diretas para presidente em 1988. E, é óbvio, candidaturas minoritárias e aventureiras, como as de Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva. Candidaturas articuladas com esquemas organi-

zados fogem das urnas no ano que vem como o capeta da missa.

Nenhum governador deseja misturar o áspero teste desafiador de eleições em 1988 para prefeito e vereadores com uma eleição presidencial. A de prefeitos e vereadores já é um duro mas inevitável percalço.

Depois, como o PMDB está entregue às traças, sem liderança, pagando o preço pelo acúmulo de presidências pelo doutor Ulysses, os governadores compõem o mais estruturado grupo no partido. Dele deve sair o candidato do PMDB, com favoritismo sazonal para o governador de São Paulo, Orestes Quéricia.

Mesmo os progressistas do partido não desejam, a sério, eleições ano que vem. Eles não podem fugir do discurso popular mas, fazendo contas a ponta de lápis, admitem que as condições desaconselham bater voto agora, em época amarga, de impopularidade do governo e da legenda.

Voz do povo — Só o receio da rejeição popular contém o PMDB, como partido, a uma tomada de posição pelos cinco anos. Por baixo do pano, todos tecem os seus fios.

A começar pelos governadores, principais interessados, num trabalho de sapa de pressão e convencimento das suas bancadas. Agora, com a vantagem despistadora do abrigo à sombra da guarda-chuva do Centrão. Nenhum governador terá como desincompatibilizar-se com pouco mais de um ano de exercício do cargo para se atirar numa ambição aventureira.

As indefinições e dúvidas sobre pontos essenciais como parlamentarismo (em baixa, mas não jogado fora) ou presidencialismo, quatro ou cinco anos para Sarney determinaram uma reformulação de esquemas. Não é só o Orestes Quéricia ou o Aureliano Chaves: todos estão na retranca.

Se depender apenas do plenário da Constituinte, as eleições serão adiadas de 1988 para 1989. Só a pressão popular, a cobrança das ruas, a reivindicação da sociedade encostará a Constituinte contra a parede, obrigando a ratificação de eleições diretas em 1988. Só o povo quer eleições já. E, quanto mais funda a crise econômica, mais vigorosa e exigente a reivindicação da sociedade.

